



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00012.012330/2025-75

1. OBJETO

1.1. Credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento de **Medicamentos Magistrais**, produzidos sob prescrição médica específica, destinados ao atendimento das demandas dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) assistidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, em conformidade com as normas da Anvisa, farmacopeias oficiais e demais regulamentos aplicáveis, seguindo as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus Anexos A e B.

1.2. Com o intuito de garantir a atualização e adequação às exigências e inovações técnicas, este Termo de Referência permite a realização de alterações e inclusões de itens em seu anexo A (mantendo a caracterização geral do objeto), bem como a inclusão, exclusão e eventuais alterações dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) contemplados em seu Anexo B. As versões atualizadas serão publicadas no portal oficial da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, bem como no sistema de Credenciamento da Saúde-CREDSUS, assegurando transparência e acesso à informação. As alterações e inclusões entrarão em vigor na data de sua aprovação pela autoridade competente.

2. DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E VALORES

2.1. A descrição, as especificações técnicas, as unidades de medida e as estimativas iniciais de demanda relacionadas ao fornecimento de medicamentos magistrais constam no Anexo A deste Termo de Referência, elaboradas conforme prescrições médicas e observando as normas da Anvisa, farmacopeias oficiais e demais regulamentos sanitários aplicáveis.

2.2. A Administração poderá, no início de cada exercício financeiro, atualizar as estimativas de quantitativos para alinhar a demanda às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, bem como assegurar que há créditos orçamentários disponíveis para suportar as futuras contratações provenientes deste credenciamento.

2.3. No âmbito deste procedimento de credenciamento, fundamentado no inciso IV do art. 74 e no inciso III do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, que trata da contratação em mercados fluidos, justifica-se a não fixação prévia, neste Termo de Referência, do valor estimado da contratação. A adoção dessa abordagem é embasada nas características peculiares dos mercados fluidos e nos princípios da eficiência e economicidade que norteiam a Administração Pública.

2.4. O setor de manipulação farmacêutica caracteriza-se por elevada volatilidade de preços, decorrente de fatores como:

- a) flutuação no custo e na disponibilidade de matérias-primas (muitas vezes importadas);
- b) variação cambial;
- c) sazonalidade e mudanças na demanda;
- d) políticas comerciais dos fornecedores;

e) custos operacionais variáveis.

2.5. Essas condições inviabilizam a fixação de preços estáveis por longos períodos, tornando necessária a adoção de **preços dinâmicos**, determinados no momento da contratação, a partir das cotações de mercado vigentes.

2.6. Assim, o credenciamento em mercados fluidos permite:

- I - Manter cadastro permanente de fornecedores habilitados, com regularidade fiscal, sanitária e técnica;
- II - Garantir contratações pelo menor preço vigente no momento da solicitação;
- III - Preservar a economicidade, a isonomia e a continuidade do atendimento no Sistema Único de Saúde.

2.7. Nos termos do parágrafo único, inciso IV, do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, serão registradas as cotações obtidas a cada contratação, assegurando transparência e rastreabilidade das decisões.

2.8. Nesse contexto, a não inclusão do valor da contratação neste Termo de Referência e no Edital de Credenciamento, permite uma maior flexibilidade para a Administração Pública e para os interessados no processo de credenciamento, pois possibilita que as cotações de mercado vigentes no momento da contratação sejam consideradas, garantindo que o valor seja determinado de forma mais precisa e atualizada, conforme prever o inciso IV, parágrafo único do artigo 79 da Lei nº 14.133/2021.

2.9. Insta destacar que de acordo com o inciso III do parágrafo único do referido artigo consta que "o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação". **Logo, não consta a exigência da definição do valor da contratação na hipótese do inciso III, que trata de contratação em mercado fluido.**

2.10. **Além disso, a não fixação de um valor está alinhada aos princípios de economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos. Ao permitir que as cotações de mercado influenciem diretamente o valor da contratação, a Administração busca obter as melhores condições disponíveis no momento, evitando possíveis sobre preços ou valores defasados.**

2.11. Portanto, a não fixação de valor da contratação neste Termo de Referência e no Edital na hipótese de mercados fluidos é uma escolha justificada, pois reflete a busca pela adaptabilidade às oscilações do mercado, a eficiência na alocação de recursos públicos e a atualização constante das condições de contratação, contribuindo para uma gestão pública mais eficaz e alinhada às necessidades mutáveis do cenário econômico.

2.12. Para fins meramente orçamentários, o valor global estimado no momento da elaboração deste termo foi de **R\$ 821.004,36 (oitocentos e vinte e um mil, quatro reais e trinta e seis centavos)**, devendo a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, no momento da contratação, considerar as cotações de mercado vigentes, conforme o disposto no item 2.7 deste Termo de Referência.

2.13. O valor a ser pago será calculado com base na quantidade de produtos efetivamente entregues nos locais designados pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, conforme especificado na listagem apresentada no Anexo B deste Termo.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – SESAPI, administra uma rede de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde – EAS, integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, composta por unidades hospitalares distribuídas nas 12 Regiões de Saúde, com diferentes perfis de atendimento, desde Unidades Mistas até Hospitais de Referência Especializada.

3.2. A SESAPI tem investido de forma contínua na melhoria da assistência prestada por seus EAS, ampliando sua capacidade resolutive por meio da incorporação de tecnologias e práticas que assegurem diagnósticos e tratamentos mais eficientes.

3.3. Entre os insumos essenciais para a continuidade e qualidade da assistência, destacam-se os **medicamentos magistrais** – preparados sob prescrição médica individualizada – fundamentais no tratamento de pacientes com necessidades específicas e na condução de terapias personalizadas, especialmente em casos de doenças raras, tratamentos pediátricos, geriátricos e em situações de alergias ou intolerâncias a componentes de medicamentos industrializados.

3.4. A demanda por medicamentos magistrais no âmbito da rede estadual de saúde é **altamente variável e, muitas vezes, imprevisível**, sendo determinada por prescrições médicas emergenciais e pelo perfil epidemiológico da população atendida. Além disso, o setor de manipulação farmacêutica é marcado por volatilidade de preços e condições de fornecimento, sendo assim, visando garantir a continuidade e a qualidade da assistência prestada, torna-se essencial o fornecimento de medicamentos magistrais, preparados sob prescrição individualizada, indispensáveis para tratamentos personalizados e para atender demandas específicas dos pacientes.

3.5. Ante o exposto, a contratação visa garantir o fornecimento ágil, contínuo e economicamente vantajoso de medicamentos magistrais para toda a rede estadual de saúde, assegurando o atendimento integral das prescrições médicas, a continuidade das terapias e a manutenção da qualidade da assistência prestada aos pacientes. Essa medida é essencial para a eficácia dos cuidados de saúde e para o cumprimento do dever constitucional de prestação de serviços públicos de saúde de forma universal e igualitária.

4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento será adotado em razão da CREDENCIANTE ter por objetivo dispor da maior rede possível de fornecedores, através de procedimento de seleção, tendo em vista que serão selecionados aqueles que preencham os requisitos previamente definidos no instrumento convocatório, o que não se confunde com um procedimento seletivo concorrencial, já que não há limites para o número de selecionados, sendo que o atendimento às exigências contidas no instrumento de chamamento proporciona igualdade de condições a todos que participem do procedimento.

4.2. O presente credenciamento será operacionalizado através de contratação por inexigibilidade de licitação, com fundamento nos art. 74, IV e art. 79, III da lei nº 14.133/2021.

4.3. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

4.4. A partir desta definição legal observa-se que o uso do credenciamento não se restringe à contratação de fornecedores de bens, pois é também seu objetivo a contratação de prestadores de serviços. Dessa forma, a nova legislação ampliou o alcance do uso do procedimento.

4.5. No que se refere ao critério de seleção será adotado o previsto no **art. 79, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, contratação em mercados fluídos**: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

4.6. Assim, o uso do credenciamento na hipótese de **mercado fluído** emerge como uma ferramenta estratégica aplicável em cenários onde existam flutuações constantes nos valores e nas condições de contratação de bens ou serviços. O método de compra permite à Administração estabelecer antecipadamente um grupo de potenciais fornecedores e prestadores de serviços, ampliando consideravelmente suas chances de obter condições mais vantajosas quando do

surgimento de sua demanda. O fato de estabelecer previamente os critérios de seleção dos interessados, bem como de poder credenciar continuamente novos fornecedores e mantê-los credenciados por até 5 anos, possibilita à Administração eliminar grande parte da burocracia e atrasos associados a processos licitatórios tradicionais.

4.7. Diante de ambientes de mercado e demandas que podem variar constantemente, com flutuações nos preços, alterações nas condições de contratação e das disponibilidades de entrega, o credenciamento oferece adaptabilidade, visto que a administração pode se ajustar facilmente a essas mudanças sem a rigidez associada a contratos de longo prazo e a dependência de fornecedores únicos. Nesse sentido, permite a adoção de mecanismos voltados, não só a conferir eficiência, como também a racionalidade e economicidade diante das contratações realizadas pela Administração, uma vez que resulta em processos mais simples, flexíveis e com menor custo administrativo.

4.8. Além de atender às necessidades de abastecimento de medicamentos personalizados, o procedimento fomenta a modernização das contratações públicas, ao criar um ambiente propício à adoção de novas tecnologias, aprimoramento de processos de manipulação e melhoria contínua da qualidade dos produtos ofertados.

4.9. Sendo assim, a escolha pela hipótese prevista no art. 79, inciso III — **credenciamento em mercados fluídos** — justifica-se pelo contexto específico do setor de manipulação farmacêutica, que se caracteriza por forte volatilidade nos preços e condições de fornecimento. Essa volatilidade decorre, principalmente, de:

a) **Disponibilidade e custo das matérias-primas** – Muitos insumos utilizados na manipulação são importados e sujeitos a variações cambiais e à flutuação de preços no mercado internacional.

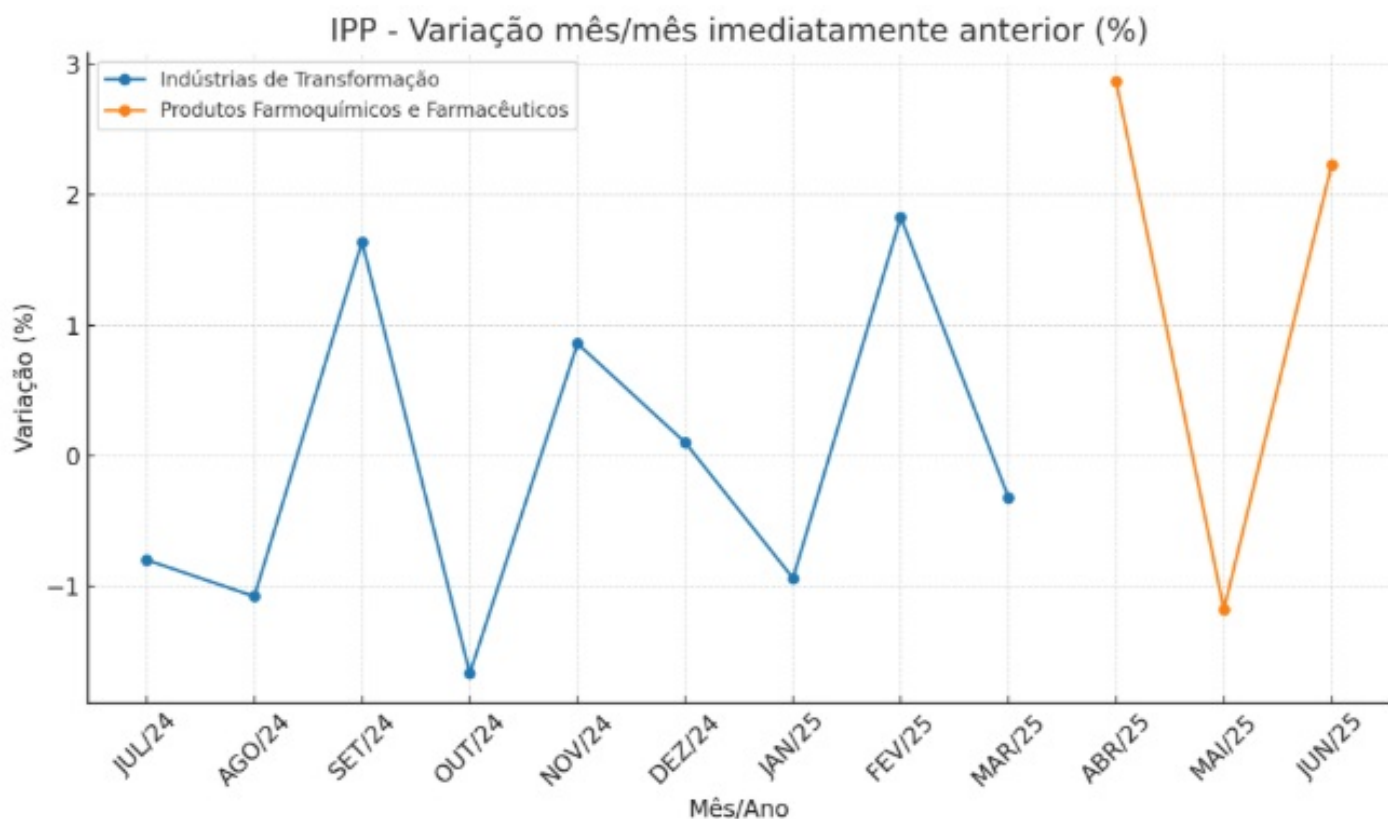
b) **Sazonalidade e perfil epidemiológico** – Certas demandas aumentam em períodos específicos do ano ou diante de surtos e alterações no perfil de doenças da população atendida.

c) **Custos operacionais variáveis** – Incluem mão de obra especializada, insumos auxiliares e processos laboratoriais, que sofrem impacto direto da inflação de serviços e produtos correlatos.

d) **Políticas comerciais e de fornecimento** – Estratégias de fabricantes e distribuidores podem afetar prazos, quantidades mínimas e custos de entrega.

4.10. Esses fatores inviabilizam a fixação prévia de preços estáveis por longos períodos, como exigiria um procedimento licitatório convencional, tornando necessária uma sistemática que permita a **contratação pelo menor preço vigente no momento da solicitação**.

4.11. Tomando por base o Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação (IPP) do IBGE, que dentre as [atividades acompanhadas](#), inclui a "Indústrias de Transformação", tendo como produtos, dentre outros, "Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos" - é possível observar através de recorte gráfico do período de 12 (doze) meses, a forte variação que o referido índice apresenta:



4.12. Considerada as atividades "Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos", o recorte do período de 12 (doze) meses, mostram as variações mês a mês

Tabela - Índice de Preços ao Produtor, por tipo de índice, indústria geral, indústrias extrativas e indústrias de transformação e atividades									
Brasil									
Indústria geral, indústrias extrativas e indústrias de transformação e atividades	Variável x Mês								
	IPP - Variação mês/mês imediatamente anterior (M/M-1) (%)								
C - Indústrias de Transformação: 21. FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	JUL 2024	AGO 2024	SET 2024	OUT 2024	NOV 2024	DEZ 2024	JAN 2025	FEV 2025	MAR 2025
	-0,80	-1,08	1,64	-1,67	0,86	0,10	-0,94	1,83	-0,32
	ABRI 2025	MAI 2025	JUN 2025	JUL 2025	AGO 2025	SET 2025	OUT 2025	NOV 2025	DEZ 2025
	2,87	-1,18	2,23	-	-	-	-	-	-
Fonte: IBGE - Índice de Preços ao Produtor									

4.13. Isso justifica o processo de credenciamento, uma vez que ele confere à Administração a capacidade de habilitar fornecedores que atendam a critérios técnicos, sanitários e administrativos pré-definidos, assegurando que os preços e a disponibilidade dos medicamentos magistrais estejam alinhados às condições variáveis do mercado.

4.14. Por meio dessa sistemática, a Secretaria de Estado da Saúde poderá ampliar a base de fornecedores elegíveis, aumentando as chances de encontrar empresas aptas e dispostas a atender demandas emergenciais ou programadas, mitigando riscos associados à dependência de um único fornecedor. Além disso, o credenciamento garante que os fornecedores habilitados possam ser acionados conforme a necessidade e a demanda real, evitando atrasos no tratamento dos pacientes e assegurando a continuidade da assistência farmacêutica em toda a rede estadual.

4.15. O procedimento observará o regramento mínimo previsto nos incisos do parágrafo único do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, bem como o que dispõem os arts. 6º, inciso L; 71, §4º; e 174, §2º, inciso III, que estabelecem definições, critérios e objetivos aplicáveis ao credenciamento.

4.16. No âmbito estadual, aplica-se ainda o Decreto nº 20.096, de 11 de outubro de 2021, que regulamenta o credenciamento de fornecedores e prestadores de serviços para atendimento das demandas das unidades hospitalares e coordenações regionais de saúde, dispondo em seu art. 2º: *“Considera-se credenciamento, para os fins deste Decreto, o processo administrativo de chamamento público em que a SESAPI convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem para executar o objeto quando convocados”*.

4.17. Assim, a previsão do credenciamento como procedimento auxiliar no regime ordinário da Lei nº 14.133/2021 permite a adoção de mecanismos que conferem eficiência, racionalidade e economicidade às contratações públicas, resultando em processos mais simples, flexíveis e com menor custo administrativo.

4.18. Ante o exposto, considerando as particularidades do fornecimento de medicamentos magistrais — marcadas por variação de preços, condições de fornecimento e imprevisibilidade da demanda —, o modelo de credenciamento em mercado fluido se apresenta como a solução mais vantajosa, conveniente e oportuna para atender, de forma contínua e eficiente, as necessidades da Administração e da população assistida pela rede pública de saúde.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA CREDSUS

5.1. Regras Gerais

5.1.1. Para a busca do objeto com melhores condições de preço nas contratações em mercados fluidos, será utilizado o sistema CredSUS, solução tecnológica para compras públicas por Credenciamento que proporciona legalidade, agilidade, efetividade, eficiência, eficácia e economicidade.

5.1.2. As pessoas jurídicas credenciadas para fornecimento de medicamentos magistrais na Secretaria de Estado da Saúde responsabilizam-se pela operacionalização do CREDSUS para a realização das ofertas dos produtos objeto do Credenciamento.

5.1.3. A Secretaria de Estado da Saúde publicará a relação de produtos a serem adquiridos no CREDSUS, e todas as empresas credenciadas serão automaticamente notificadas pelo sistema, podendo ocorrer o envio automático de e-mails e mensagens por aplicativos de mensagens nos endereços cadastrados pelos Credenciados, sendo de responsabilidade destes a manutenção de suas respectivas contas nos servidores de e-mail e aplicativos de mensagens.

5.1.4. De acordo com a conveniência e oportunidade do interesse público, o prazo de registro das ofertas será informado em cada cotação, período no qual os Credenciados cadastrarão e enviarão suas ofertas no CREDSUS, sob sua exclusiva responsabilidade.

5.1.5. Os Credenciados receberão login e senha pessoais e intransferíveis para o uso do CREDSUS, podendo criar novos usuários para a operacionalização do sistema, sob sua exclusiva responsabilidade todos os atos realizados pelos usuários.

5.1.6. Após o prazo fixado para envio das ofertas dos Credenciados em relação aos produtos em cotação, o CREDSUS processará automaticamente as ofertas de todas os Credenciados, emitindo a Autorização de Compra para aqueles que tiverem ofertado o menor preço unitário por item.

5.1.7. O Credenciado terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para assinar a Autorização de Compra, contado a partir do momento da assinatura do Secretário de Estado da Saúde.

5.2. Primeira rodada de lances (A)

5.2.1. A primeira tentativa de compra será lançada com definição de prazo fixo, ficando os Credenciados cientes de que concorrerão pelo critério de menor preço e maior quantidade ofertada por item, até o limite da demanda da Secretaria.

5.2.2. Em caso de algum produto receber oferta com menor preço, mas com quantidade inferior à demanda da Secretaria de Estado da Saúde, o preço vencedor da cotação será lançado para que os demais Credenciados manifestem interesse em fornecer a quantidade remanescente pelo preço da proposta vencedora.

5.2.3. Em caso de empate entre Credenciados no menor preço ofertado, será dada prioridade àquela que oferecer maior quantidade do item, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.

5.2.4. Havendo também empate na quantidade ofertada, além do que está disposto no item 5.2.3, será dada prioridade ao Credenciado que ver o menor volume de vendas para a Secretaria de Estado da Saúde ao longo da vigência do respectivo edital de Credenciamento.

5.2.5. Se ainda assim, considerando os itens 5.2.1 a 5.2.4, permanecer empatada a cotação do item, a ordem de prioridade será dada pela ordem cronológica do Credenciamento.

5.3. **Segunda rodada de lances (B)**

5.3.1. Se, após a primeira rodada de lances (A), ainda houver remanescente de itens com demanda insatisfeita, a Secretaria de Estado da Saúde poderá abrir a segunda rodada de lances, ampliando o prazo de fornecimento, conforme a conveniência e oportunidade do interesse público.

5.3.2. Se qualquer Credenciado ofertar a quantidade necessária pelo menor preço do item, será declarado vencedor e receberá a Autorização de Compra automaticamente.

5.3.3. Em caso de empate entre Credenciados no menor preço ofertado, será dada prioridade àquela que oferecer maior quantidade do item, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.

5.3.4. Em caso de empate entre Credenciados no menor preço ofertado e quantidade do item, será dada prioridade àquela que oferecer menor prazo de entrega, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.

5.3.5. Permanecendo o empate, além do que está disposto no item 5.3.4, será dada prioridade ao Credenciado que tiver o menor volume de vendas para a Secretaria de Estado da Saúde ao longo da vigência do respectivo edital de Credenciamento.

5.3.6. Se ainda assim, considerando os itens 5.3.1 a 5.3.5, permanecer empatada a cotação do item, a ordem de prioridade será dada pela ordem cronológica do Credenciamento.

5.4. **Terceira rodada de lances (C)**

5.4.1. Se, após a segunda rodada de lances (B), ainda houver remanescente de itens com demanda insatisfeita, a Secretaria de Estado da Saúde poderá abrir a terceira rodada de lances, ampliando o prazo de fornecimento, de acordo com a conveniência e oportunidade do interesse público e fixando o preço máximo para compra por item.

5.4.2. Se qualquer Credenciado ofertar a quantidade necessária pelo menor preço do item, será declarado vencedor e receberá a Autorização de Compra automaticamente.

5.4.3. Em caso de empate entre Credenciados no menor preço ofertado, será dada prioridade àquela que oferecer maior quantidade do item, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.

5.4.4. Em caso de empate entre Credenciados no menor preço ofertado e quantidade do item, será dada prioridade àquela que oferecer menor prazo de entrega, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.

5.4.5. Havendo também empate na quantidade ofertada, além do que está disposto no item 5.4.4, será dada prioridade ao Credenciado que ver o menor volume de vendas para a Secretaria de Estado da Saúde ao longo da vigência do respectivo edital de Credenciamento.

5.4.6. Se ainda assim, considerando os itens 5.4.1 a 5.4.5 permanecer empatada a cotação do item, a ordem de prioridade será dada pela ordem cronológica do Credenciamento.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1.1. As contratações decorrentes deste credenciamento deverão, no que couber, observar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª ed., da Advocacia-Geral da União ou versão mais atualizada, bem como os requisitos previstos nas obrigações da Contratada e/ou no Edital ou em requisito previsto em lei especial, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, de 2021.

6.1.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos no art. 11º da Lei nº 14.133/2021 que estabelece o desenvolvimento nacional sustentável.

6.1.3. No contexto específico de medicamentos magistrais, deverão ser observadas, durante a execução do contrato, as seguintes práticas sustentáveis:

I - Gestão e descarte correto de resíduos químicos e farmacêuticos

a) Segregação e acondicionamento adequado dos resíduos gerados, de acordo com a Resolução RDC nº 222/2018 da Anvisa e demais normas correlatas.

b) Destinação final ambientalmente adequada de medicamentos vencidos, sobras de insumos e embalagens contaminadas, mediante empresas licenciadas para tratamento ou coprocessamento.

II - Uso racional de matérias-primas e insumos

a) Planejamento da produção para evitar desperdícios e perdas de matérias-primas.

b) Preferência por fornecedores de insumos que adotem práticas de fabricação sustentáveis e possuam certificações ambientais.

III - Minimização do uso de embalagens e incentivo a materiais recicláveis

a) Priorizar embalagens primárias e secundárias recicláveis ou biodegradáveis, sempre que possível e permitido pelas normas sanitárias.

b) Evitar o uso de volumes desnecessários de material de acondicionamento.

IV - Práticas administrativas sustentáveis

a) Economia de energia elétrica e de água nos processos internos.

b) Redução do consumo de materiais descartáveis, como copos plásticos e papel, nos ambientes administrativos.

6.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado, na forma indicada neste Termo de Referência, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do contrato será iniciada mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI), com base na Nota de Empenho correspondente. A Ordem de Fornecimento deverá indicar todas as especificações mínimas

necessárias de identificação dos medicamentos e a relação dos locais a serem entregues conforme Anexo B deste Termo de Referência, e a descrição do escopo contratado, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento

7.2. Os medicamentos serão entregues sob demanda, mediante requisições formalizadas pela SESAPI, observando-se os critérios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e os parâmetros técnicos especificados no Anexo A deste Termo de Referência.

7.3. O fornecimento do objeto será parcelado, após a emissão da Ordem de Fornecimento pela SESAPI, que especificará a contratada, o prazo e local de entrega, bem como a relação dos itens, quantidades e valores pactuados.

7.4. Não será admitida a entrega pela contratada, de qualquer produto, sem a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento pela SESAPI.

7.5. Os medicamentos deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), situada na Rua 19 de Novembro, 1865, Bairro Porenquanto, Teresina-PI, ou em outro endereço especificado na Ordem de Fornecimento correspondente. O prazo para entrega, salvo motivo justificado, não poderá exceder 72 (setenta e duas) horas, contados a partir do recebimento da referida ordem de fornecimento.

7.6. O produto deverá estar acondicionado em suas embalagens primárias, em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo: marca, procedência, número do lote, quantidade, data de validade, denominação da substância ativa e respectiva concentração por unidade posológica, conforme determina a RDC nº 71/2009 e a RDC nº 21/2012 (vigência restabelecida pela RDC nº 57/2014).

7.7. Os produtos a serem entregues deverão ter no mínimo 06 (seis) meses da data de validade, salvo os produtos que tiverem o prazo de validade total inferior a um ano, neste caso na entrega os mesmos deverão ter no mínimo 70% do prazo total de validade recomendado pelo fabricante.

7.8. A contratada deverá informar ao contratante, em no máximo 24 horas após recebimento da Ordem de Fornecimento, sobre qualquer motivo que impossibilite assumir as obrigações decorrentes deste Termo de Referência.

7.9. A validade deve ser definida caso a caso pelo farmacêutico responsável, com base na RDC nº 67/2007 e em estudos de estabilidade, não podendo, em hipótese alguma, ser inferior a 6 (seis) meses.

7.10. Durante todo o prazo de validade, o fornecedor credenciado será responsável pela manutenção das características físico-químicas e microbiológicas do produto, devendo realizar a substituição imediata de quaisquer unidades comprometidas, independentemente de uso e sem qualquer ônus para a Administração. Em caso de não cumprimento dessa obrigação, o medicamento deverá ser integralmente substituído pelo fornecedor, observando-se as mesmas especificações técnicas e prazos originalmente pactuados.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão à conta da fonte de recursos **500/600/659**.

9. DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Para fins de habilitação, exigir-se-á dos interessados a documentação relativa a:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- c) Qualificação Econômico-Financeira;
- d) Qualificação Técnica.

9.2. Habilitação Jurídica

9.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.2.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.2.6. Os documentos previstos nos subitens 9.2.1 a 9.2.5 , conforme o enquadramento societário da proponente, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente;

9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.3.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

9.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e, conforme o caso demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

9.4.2. Certidão negativa de falência pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

9.5. **Qualificação Técnica**

9.6. Atestados de Capacidade Técnica: A SESAPI, poderá exigir atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas, que comprovem a realização de fornecimentos similares em quantidade e qualidade, para o credenciado vencedor, conforme

condições a serem estabelecidas no edital.

9.6.1. Apresentação de responsável técnico devidamente habilitado, com comprovação de vínculo com a empresa, bem como respectivo registro no conselho profissional competente, nos termos da legislação vigente.

9.6.2. Autorização de funcionamento expedida pelo Órgão a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do postulante, e conformidade com as Leis nº 6.360/76 e demais instrumentos.

9.6.3. Autorização funcionamento especial, quando necessário, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em conformidade com as Leis nº 6.360/76 e demais legislações aplicáveis.

9.6.4. Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do postulante, em conformidade com as Leis; nº 5.991/73, nº 6.360/76, nº 6.437/77 e demais legislações aplicáveis.

9.6.4.1. Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar a licença de funcionamento do exercício anterior (publicação em Diário Oficial do Estado ou Município) acompanhada do protocolo de revalidação (cópia autenticada em cartório), desde que o mesmo tenha sido requerido nos primeiros 120 (cento e vinte) dias do presente exercício, em conformidade com a Lei 5.991/73, Art. 25, parágrafo único; Decreto nº 74.170/74, Art. 22, §2º.

9.6.5. Certidão da Regularidade Técnica, do ano em exercício, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição, em conformidade com as Leis nº 5.991/73, nº 6.360/76, nº 6.437/77, Resolução Conselho Federal de Farmácia - CFF nº 579/2013 e demais normas aplicáveis.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Credenciado, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, seus anexos e demais normas aplicáveis.

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Credenciado, através de comissão composta por servidores especialmente designados.

10.4. Atestar o recebimento do produto entregue, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os produtos que não estejam de acordo com as exigências expostas neste instrumento, por meio de notificação ao Credenciado.

10.5. Efetuar o pagamento ao Credenciado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato.

10.6. Aplicar ao Credenciado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

10.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.8. Comunicar ao Credenciado qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações.

10.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Credenciado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

11.1. O Credenciado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

11.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme art. 137, II, Lei nº 14.133/2021.

11.1.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais deste instrumento, fornecendo os materiais, demandados, cuja quantidade, qualidade e deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.5. Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, armazenamento e transporte.

11.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Credenciante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Credenciante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Credenciante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do fornecimento.

11.1.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.1.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

11.1.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no Credenciamento.

11.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas no art. 116, da Lei 14.133/2021.

11.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme o art. 116, da Lei 14.133/2021.

11.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.1.16. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e

comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

11.1.16.1. A inadimplência do Credenciado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

12. DA ENTREGA E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. Os medicamentos serão entregues conforme endereços descritos no anexo B deste Termo de Referência.

12.2. O fornecimento poderá ser rejeitado pelo Credenciante caso haja descumprimento dos prazos de entrega, ausência da documentação comprobatória exigida ou inobservância das normas aplicáveis ao transporte, acondicionamento e segurança dos medicamentos manipulados.

12.3. Os medicamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pela comissão de fiscais instituída pela Portaria SESAPI nº 4.303, de 19 de julho de 2023, ou outra que vier a substituí-la, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, em conformidade com os artigos 7º, 117 e 140, II, a, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3.1. Na impossibilidade de a comissão de fiscais realizar o recebimento provisório dos produtos no ato da entrega, estes deverão ser recebidos por agente público da SESAPI, caso em que a referida comissão, salvo justificativa fundamentada, terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a entrega para efetuar o recebimento provisório.

12.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.5. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

12.5.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

13. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto do futuro contrato serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) ou comissão de fiscais instituída pela Portaria SESAPI nº 4.303, de 19 de julho de 2023, ou outra que vier a substituí-la, em conformidade com os artigos 117 e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência ao Credenciado.

13.2. O fiscal do Contrato ou a comissão de fiscais anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente, determinando o que

for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

13.3. A comissão de fiscais ou o fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

13.4. Cabe ao Credenciado atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou da Comissão inerentes ao objeto deste credenciamento, sem que disso decorra qualquer ônus extra para o Credenciante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade do Credenciado, que é total e irrestrita em relação à execução do objeto, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução contrato.

13.5. A atividade de fiscalização não resultará, em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade do Credenciante ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. O prazo de vigência da contratação constará na respectiva cotação efetuada no sistema CRED SUS, contado sempre da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 e artigo 106, caput da Lei nº 14.133/2021, sendo possível a prorrogação nos termos do artigo 107 da referida lei.

14.2. Qualquer alteração ou modificação que importe na diminuição da capacidade operacional do Credenciado poderá ensejar a não prorrogação do contrato, a revisão das condições estipuladas ou a rescisão.

14.3. A Credenciada deverá comunicar ao contratante, de forma fundamentada e em tempo hábil, qualquer razão que a impeça de assumir as obrigações decorrentes do contrato.

15. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1. Constituem motivos para extinção do Contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como, os motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas cominadas neste Termo de Referência.

15.2. A extinção do Contrato, a ser determinada pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e exarada no processo administrativo competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial seus arts. 138 e 139.

16. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

16.1. O Credenciamento estará vigente, até a disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente ou enquanto perdurar as etapas de execução.

16.2. Enquanto estiver vigente o Credenciamento, fica permitido o Credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas.

16.3. A revogação deste Credenciamento dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

17. DO DESCREDENCIAMENTO

17.1. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional da Credenciada, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

17.2. O descumprimento de qualquer das condições previstas neste instrumento, bem como na Lei Federal nº 14.133/21, Lei Federal 8.080/90, ensejará o descredenciamento da entidade e a extinção do Contrato.

17.3. Também são situações passíveis de descredenciamento, assegurado o o contraditório e a ampla defesa:

- a) Não atendimento à convocação para fornecimento;
- b) Descumprimento do prazo de assinatura do contrato estabelecido neste instrumento.

17.3.1. A empresa descredenciada estará impossibilitada de contratualizar com a SESAPI através do presente Credenciamento pelo prazo de 6 (seis) meses em se tratando de primeiro descredenciamento, ou pelo prazo de 12 (doze) meses em caso de reincidência, podendo, em qualquer das situações, ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

17.4. A Credenciada poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante aviso escrito, desde que requerido com antecedência mínima de 90 (sessenta) dias.

17.5. Na hipótese de descumprimento das obrigações pela Credenciada, este estará sujeito às sanções previstas no Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

17.6. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor das CREDENCIADAS, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

17.7. A Credenciado ou a Administração poderão denunciar o Credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Termo de Referência e na Legislação pertinente ou no interesse da Credenciada, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

17.8. Se for conveniente para a Administração, a Secretaria de Estado da Saúde poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação do objeto deste Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O Credenciado deverá encaminhar ao Credenciante, até o quinto dia útil do mês subsequente à ao fornecimento dos medicamentos, a documentação necessária para instrução dos processos de pagamento, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.

18.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a Unidade demandante atestar a execução do objeto do contrato.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

18.4. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor credenciado, deverão ser tomadas as providências para imediata restauração de regularidade.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o credenciado providencie as medidas saneadoras.

18.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Credenciante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do credenciado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.7. Persistindo a irregularidade, o Credenciante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Credenciado a ampla defesa.

18.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados

normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o credenciado não regularize sua situação fiscal.

18.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.10. O credenciado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.11. O pagamento será efetuado mensalmente e diretamente em conta bancária do Credenciado, com base no fornecimento dos produtos, e apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Fiscal do contrato.

18.12. A liberação do pagamento fica vinculada à comprovação da efetiva execução do contrato e da regularidade fiscal e trabalhista do Credenciado.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O Credenciado que cometer qualquer das infrações aqui discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativa, conforme previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.1.1. **ADVERTÊNCIA:** será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos e/ou nas prestações de serviços, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

19.1.2. **MULTA:** será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto contratado e compreenderá a 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do contrato, pelo atraso na execução da ordem de fornecimento e/ou serviço.

19.1.2.1. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, o credenciado terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

19.1.2.2. Na hipótese do credenciado não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, a SESAPI inscreverá o valor em dívida ativa.

19.1.3. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí-CADUF, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não atender às autorizações de serviços ou não entregar a documentação exigida para o credenciamento, quando convocado dentro do prazo estabelecido no edital;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado sem motivo justificado.

19.1.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

19.1.5. É admitida a reabilitação do credenciado perante o Estado do Piauí, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.2. Além das penalidades citadas, o credenciado ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí- CADUF e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

19.3. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração desta Secretaria de Estado da Saúde, o credenciado, conforme o caso, poderá ficar isenta das penalidades mencionadas.

19.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao credenciado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADUF.

(Assinado e datado eletronicamente)

Dirceu Hamilton Cordeiro Campelo

Superintendente da SUGMAC/SESAPI

Aprovação do Termo de Referência

Após a análise do Termo de Referência referente ao credenciamento para aquisição

d e **Medicamentos Magistrais**, produzidos sob prescrição médica específica, destinados ao atendimento das demandas dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) assistidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, conforme as especificações, quantidades demandadas e condições estabelecidas neste instrumento, e com base no Art. 79, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21, além dos demais artigos pertinentes, **APROVO**.

(Assinado e datado eletronicamente)

Antônio Luiz Soares Santos

Secretário de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **DIRCEU HAMILTON CORDEIRO CAMPÊLO - Matr.0371701-1, Superintendente de Gestão de Média e Alta Complexidade**, em 20/12/2025, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS - Matr.0000000-0, Secretário de Estado da Saúde**, em 26/12/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0021551841** e o código CRC **2472AB7B**.